

Contas regionais

Uma análise interestadual do desempenho do PIB brasileiro em 2010*

Jéfferson Augusto Colombo**

Pesquisador do Núcleo de Contabilidade Social da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE) e Doutorando em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Resumo

Este artigo analisa o desempenho econômico das 27 unidades da Federação (UF) no tocante aos dados consolidados do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 2010. Para tal, são contextualizados alguns fatores que moldaram o resultado da economia brasileira e de seus estados, a exemplo das mudanças conjunturais internacionais, do crescimento do consumo interno privado e das significativas diferenças nos desempenhos intersetoriais. São realizados "rankings" de acordo com algumas variáveis econômicas fundamentais, a fim de permitir uma melhor comparabilidade entre os entes federativos. Conclui-se, de forma geral, que a recuperação econômica de 2010 foi mais intensa nos estados: (a) exportadores, dados a melhora no cenário internacional e o aumento considerável de volume e, principalmente, de preços de diversas commodities; e (b) com participação relevante da agropecuária, especialmente o cultivo de cereais, leguminosas e oleaginosas, que apresentaram safra recorde no ano. Em termos de concentração econômica, em 2010 as Regiões Sul, Sudeste e Norte ganharam participação. No entanto, na série 2002-10, observa-se um tímido e paulatino processo de desconcentração econômica, com redução da desigualdade de renda entre as Regiões Sul e Sudeste, historicamente mais desenvolvidas, e Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Palavras-chave: PIB; unidades da Federação; Contas Regionais.

Abstract

This paper analyzes the economic performance of the 27 states with respect to the consolidated data of the Brazilian GDP in 2010. To this end, we contextualize some factors that shaped the outcome of Brazilian economy and its provinces, like the international conjuncture changes,

* Artigo recebido em 22 jan. 2013.
Revisor de Língua Portuguesa: Breno Camargo Serafini.

** E-mail: jefferson@fee.tche.br

the growth of private domestic consumption and significant differences in intersectoral performance. We make ranks according to some key economic variables in order to allow better comparability between federal entities. We conclude, generally, that the economic recovery was more intense in the: i) exporting data to improve the international scene and a considerable increase in volume and especially the price of several commodities, ii) with a relevant participation of agriculture especially cereals, legumes and oilseeds, which had record in production. In terms of economic concentration, in 2010 the South, Southeast and North gained participation. However, in the series from 2002 to 2010, there has been a gradual process of economic decentralization, with a reduction in income inequality between the South and Southeast regions, historically more developed, and North, Northeast and Midwest.

Key words: *GDP; States; Regional Accounts.*

1 Introdução

O objetivo deste trabalho é abordar o desempenho da economia brasileira em 2010 à luz de suas 27 unidades federativas, enfatizando as diferenças, semelhanças e disparidades regionais na produção de bens e serviços. Algumas questões surgem inerentemente à pesquisa realizada: qual é a estrutura econômica dos estados que mais cresceram? E dos que menos cresceram? Quais apresentaram uma recuperação mais rápida da crise mundial de 2009?

Justifica-se a realização deste trabalho por duas razões principais. Primeiramente, pela carência de estudos que analisam o desempenho da economia brasileira sob uma perspectiva estadual, apesar da notória falta de uniformidade geográfica na produção. Em segundo lugar, pelo fato de que, por ser um país de dimensões continentais, algumas variáveis que afetam as economias locais são bastante díspares: clima, grau de industrialização, estrutura produtiva, abertura comercial, dentre outros fatores relevantes. Além disso, estudos que analisam o comportamento em um nível mais individualizado de compreensão ajudam a entender de forma mais profunda a própria economia brasileira.

A análise discorre sobre o ano de 2010, em função da disponibilidade mais recente de dados consolidados, ou seja, finais, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através da Coordenação de Contas Nacionais (Conac)¹. Cabe ressal-

tar que as Contas Regionais do Brasil são sempre divulgadas pelo IBGE, em conjunto com as demais unidades estaduais de Estatística, com dois anos de defasagem, em função da quantidade de informações e fontes necessárias para seu cálculo. Em 2012, portanto, foram divulgados os dados definitivos do Brasil e de suas unidades federativas relativos ao ano de 2010.

Além desta **Introdução**, este artigo conta com outras três seções. A primeira contextualiza a economia no ano de 2010, nos âmbitos internacional e nacional, na tentativa de analisar algumas variáveis-chave para o desempenho econômico dos estados. Na segunda seção, analisa-se a variação do Produto Interno Bruto (PIB) dos estados brasileiros, através de questões como participação relativa, *ranking*, PIB *per capita* e variação na concentração econômica. Finalmente, na última seção, tecem-se as **Considerações finais** do presente estudo.

2 Visão geral

Após um ano de redução na produção global de bens e serviços, em 2010 houve uma rápida e intensa recuperação econômica, centrada nas políticas de estímulo fiscal e monetárias, em escala mundial. Dados do Fundo Monetário Internacional (IMF, 2012) indicam que a produção mundial de bens e serviços aumentou 5,1% em 2010 — resultado influenciado, em grande medida, pela retomada da atividade industrial e do comércio internacional, após um ano de incertezas e de medidas restritivas ao redor do globo. Conforme

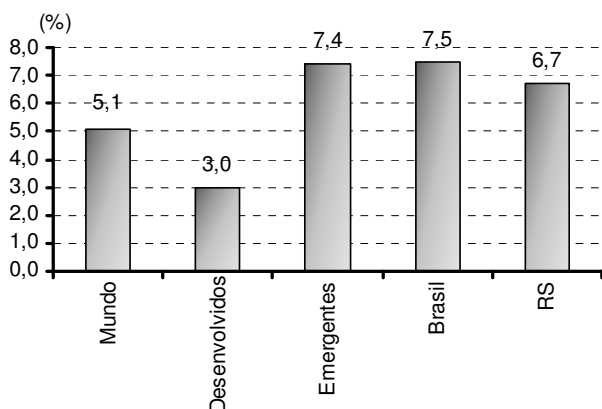
¹ Estimativas do PIB de cada unidade da Federação (UF), coerentes, comparáveis entre si e compatíveis com as Contas Nacionais do Brasil. As informações mais atuais foram divulgadas pelo IBGE, em parceria com os órgãos estaduais de

Estatística e com secretarias estaduais de Governo, em 23 de novembro de 2012.

demonstra a Figura 1, o conjunto dos países emergentes cresceu 7,4%, ante 3,0% de crescimento médio dos países desenvolvidos. Dentre os emergentes, destaca-se o crescimento dos países asiáticos em desenvolvimento (9,5%), capitaneados por China (10,4%) e Índia (10,1%). No segundo grupo, representado pelos países desenvolvidos, os países asiáticos recentemente desenvolvidos (Coreia do Sul, Cingapura, Hong Kong e Taiwan) cresceram 8,5%, enquanto os demais países desenvolvidos cresceram 2,8%.

Figura 1

Taxa de crescimento do Produto Interno Bruto, a preços constantes, por conjuntos de economias, acrescidos de Brasil e Rio Grande do Sul — 2010



FONTE: Fundo Monetário Internacional (IMF, 2012).
IBGE (2012).

2.1 Economia internacional

Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI) (IMF, 2011), o risco de um novo mergulho recessivo² da economia global foi afastado, em razão da consolidação de políticas fiscais expansionistas e da melhora significativa da demanda privada. A recuperação, contudo, ocorreu com algumas ressalvas: as economias desenvolvidas apresentaram baixo crescimento e produto bem abaixo de seu potencial, além de alto desemprego e mercado imobiliário ainda em crise. Somado a isso, a alta no preço das *commodities* (tanto pela forte demanda dos países em desenvolvimento quanto por choques de oferta) trouxe consigo o risco de ocorrer, concomitantemente, baixo crescimento e inflação acelerada. Nos países em desenvolvimento,

² Tradução do termo *double-dip recession*, bastante utilizado na literatura internacional para associar um período de rápida recuperação a uma nova recessão. Gráficamente, é o equivalente a uma trajetória do PIB em "w", ou seja, recessão, recuperação e novo período recessivo.

onde a participação de bens primários no orçamento das famílias é maior, o risco inflacionário tornou-se ainda mais relevante.

Apesar da pressão dos bens primários sobre o nível geral de preços, consolidou-se, em 2010, uma franca recuperação da economia mundial. Um dos fatores que explicam a velocidade surpreendente dessa retomada, diante da magnitude e intensidade da crise de 2008-09, reside na redução das incertezas FMI (IMF, 2010). Durante a crise, além dos impactos diretos sobre consumo e investimento, as incertezas aumentaram também as fricções e imperfeições do mercado de crédito, potencializando os efeitos negativos sobre a economia real. Conjuntamente, esses fatores levaram a uma redução significativa na produção mundial (Gilchrist; Sim; Zakrajsek, 2010). Nesse sentido, a reversão de expectativas verificada em 2010 proporcionou: (a) um aumento no consumo privado, especialmente de bens duráveis; (b) um aumento nos investimentos, como resultado da melhora das perspectivas futuras de demanda; (c) um melhor acesso ao crédito, tanto para pessoas físicas quanto jurídicas. O cenário caracterizado por (a), (b) e (c) certamente contribuiu, de forma decisiva, para a recuperação econômica global em 2010³. Os dados macroeconômicos do FMI (IMF, 2012) demonstram uma recuperação notória e abrupta em diversas frentes: comércio internacional, produção industrial, emprego, confiança do consumidor, dentre outras. As duas primeiras atingiram, em meados de 2010, inclusive, níveis superiores ao pré-crise.

No sistema interbancário, principal canal financeiro de propagação da crise, houve melhora significativa na concessão de crédito para a economia real. Em 2009, a crise financeira e os problemas de assimetria de informação que dela decorreram⁴ fizeram com que os intermediários financeiros atuassem de forma mais cautelosa, reduzindo a exposição das carteiras de créditos a títulos de maior risco. Como decorrência dessas imperfeições e fricções no fluxo entre poupança e investimento, as concessões de crédito foram reduzidas, dificultando o consumo e o investimento pro-

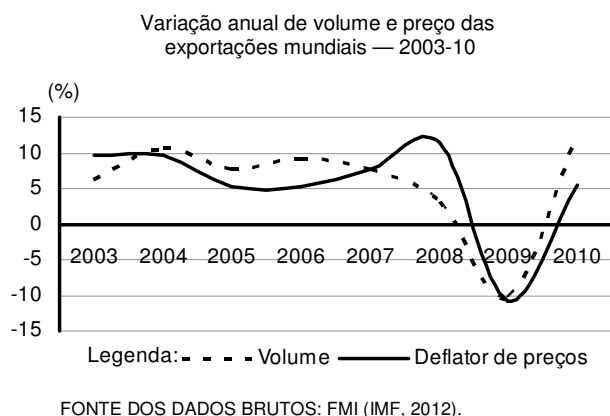
³ A relação próxima e estreita entre incertezas e o nível de atividade econômica é bastante difundida na literatura — ver, por exemplo, Bentolila e Bertola (1990), que explora o impacto das incertezas sobre o mercado de trabalho na Europa.

⁴ Quando os bancos não têm informação completa sobre os tomadores de crédito (contrapartes), é mais difícil discernir os bons dos maus riscos, causando um problema conhecido na literatura como *seleção adversa*. Em tempos de crise, a probabilidade de atrair os maus pagadores aumenta, e, então, a taxa de juros sobe, e o volume de crédito concedido tende a se reduzir.

duto. Os mercados financeiros emergentes, com níveis de alavancagem mais brandos e com baixa exposição a derivativos, ativos securitizados e outros instrumentos financeiros modernos, sofreram relativamente menos com os efeitos da crise interbancária em 2009. Já os países desenvolvidos, como os EUA e os países da Zona do Euro, sofreram com as perdas de ativos e com a falta de capitalização em função dessas baixas contábeis. Um dos debates mais importantes do pós-crise referiu-se à regulação do sistema financeiro internacional, na busca da redução do risco sistêmico FMI (IMF, 2011).

Do ponto de vista do comércio internacional, houve aumento tanto do volume de mercadorias exportadas quanto dos preços, especialmente no mercado de *commodities*. De 2003 a 2008, período pré-crise, a média de crescimento do comércio internacional foi de 7,4% ao ano, em face de uma queda de 10,4% de 2009. No ano de 2010, o crescimento foi acentuado (12,6%), porém não suficiente para fazer com que a média de crescimento retornasse ao patamar pré-crise: 5,6% ao ano, de 2003 a 2010⁵. A Figura 2 sintetiza a evolução anual de volume e preço das exportações mundiais.

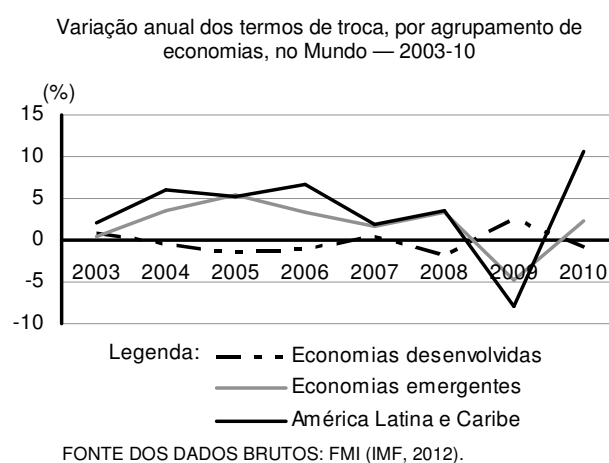
Figura 2



Além do crescimento do volume e do valor de mercadorias transacionadas no mundo, houve um avanço no preço das *commodities* (26,3%) acima daquela registrada pelos bens manufaturados (2,7%). Essa alteração nos preços relativos significou um regresso à tendência dessa década no período pré-crise: os bens primários tornaram-se relativamente mais ca-

ros que os bens industrializados, favorecendo a balança comercial de países agroexportadores. Na América Latina e Caribe, o impacto da mudança nos preços relativos foi ainda maior (10,7%) do que na média dos países em desenvolvimento (2,3%). A Figura 3 permite uma visualização do retorno à tendência dos termos de troca, via análise dos deflatores de preço, por agrupamento de economias.

Figura 3



Em dólares americanos, destacaram-se as variações de preço de produtos manufaturados (2,7%), petróleo (27,9%) e *commodities* primárias exceto petróleo (26,3%), que se dividem em alimentos (11,5%), bebidas (14,1%), insumos agrícolas (33,2%) e metal (48,2%), conforme dados do FMI (IMF, 2012).

2.2 Economia doméstica

No contexto brasileiro, os dados consolidados das Contas Regionais, divulgados pelo IBGE em 23 de janeiro de 2012, revelam que o PIB encerrou o ano de 2010 com alta de 7,5%, ante uma queda de 0,3% no ano anterior. Comparativamente, a economia brasileira sentiu menos os efeitos da crise internacional de 2009, e a recuperação em 2010 foi maior do que na maior parte dos outros países, incluindo a América Latina e a Europa emergente. O comportamento recente da economia brasileira e de outros agrupamentos de economias podem ser vislumbrados na Figura 4.

O setor industrial foi o grande responsável pela retomada da atividade econômica no Brasil, com destaque para a indústria de transformação e para a construção civil, que cresceram 10,1% e 11,6% respectivamente. Nesta última, salienta-se a expansão de 31,1%, em termos nominais, do crédito do sistema financeiro

⁵ De 2003 a 2010, o valor total das exportações de bens e serviços como proporção do PIB global passou de 24,2% para 28,0%. Algumas regiões apresentaram um crescimento da abertura comercial mais acelerado, como o Leste Asiático, enquanto outras apresentaram redução, como a América Latina.

direcionado para o setor. A agropecuária, por sua vez, registrou safra recorde de cereais, leguminosas e oleaginosas em 2010 (149,5 milhões de toneladas), com destaque para os produtos soja (20,2%), trigo (20,1%) e café (17,6%). Os serviços também apresentaram crescimento, baseado no desempenho das atividades de intermediação financeira, seguros e previdência complementar (10,0%) e serviços relacionados e de comércio (10,9%). O desempenho do comércio está ligado diretamente aos aumentos da renda real e da expansão do crédito verificados em 2010.

A análise pela ótica da oferta revela que o crescimento do PIB brasileiro em 2010 foi assim distribuído: agropecuária (6,5%), indústria (10,1%), serviços (5,4%) e impostos líquidos de subsídios (12,5%). Na ótica da demanda, despesa de consumo das famílias (7,0%), despesa de consumo do Governo (3,3%), formação bruta de capital fixo (21,8%), exportações de bens e serviços (11,5%) e importações de bens e serviços (-36,2%).

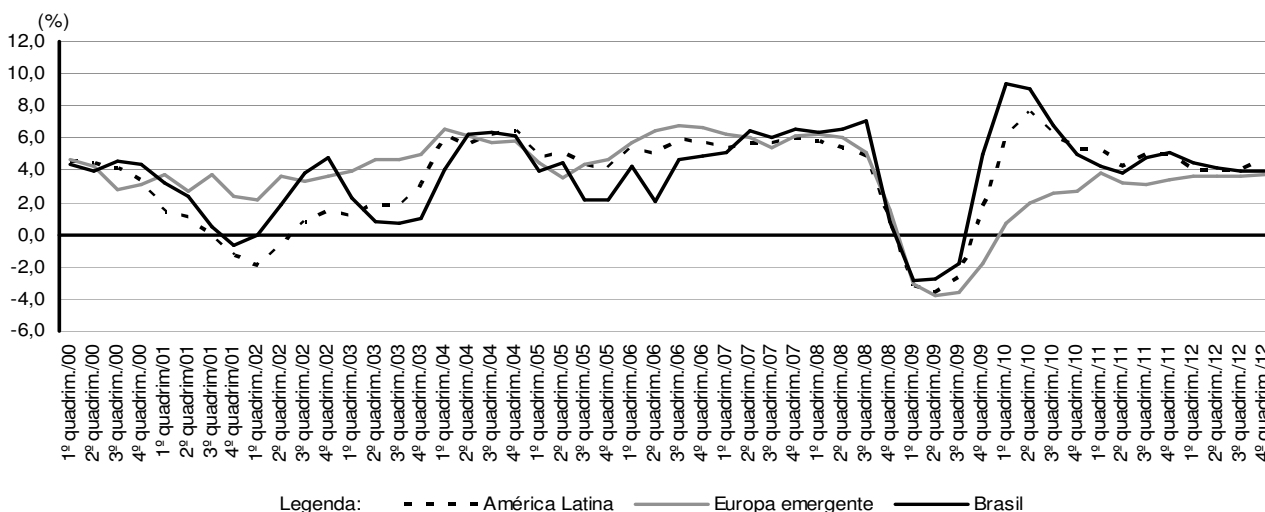
De forma bastante resumida, a economia brasileira apresentou robusto crescimento em 2010, em função do resultado das medidas anticíclicas adotadas pelo Governo e de uma conjuntura favorável, com demanda e preços em alta dos produtos exportados brasileiros e crescimento acentuado do mercado interno. A inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), atingiu 5,91% em 2010, ante 4,31% do ano anterior. Outros fatores que afetaram o crescimento, como baixa taxa de desemprego, aumento da massa salarial e consumo do setor público, podem ser visualizados no Quadro A.1 (**Apêndice**).

Uma peculiaridade no que diz respeito à concessão de crédito no sistema financeiro pode ser observada na Figura 5. Durante a crise, os bancos públicos aumentaram significativamente a sua participação no total de crédito concedido pela economia brasileira, em função de ações explícitas do Governo sobre suas controladas (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, dentre outras instituições financeiras de controle estatal). Em 2010, houve novo aumento da participação desses bancos: o estoque de crédito concedido passou de 18,1% em dezembro de 2009 para 18,4% do PIB ao fim de 2010.

Finalmente, no que se refere ao setor externo, em 2010 houve um aumento das importações e das exportações nacionais, especialmente a primeira (o que gerou uma redução significativa do *superávit* na Balança Comercial). O aumento de 31% no valor das exportações brasileiras deveu-se ao minério de ferro (118,3%), que, isoladamente, contribuiu para um aumento de US\$ 15,4 milhões nas vendas externas (Associação de Comércio Exterior do Brasil, 2011). Conforme essa associação, outros produtos importantes da pauta brasileira de produtos primários em 2010 foram petróleo em bruto (76,5%), soja em grão (-3,3%), carne de frango (20,2%), café em grão (37,7%), farelo de soja (2,7%) e carne bovina (27,7%). Nos semimanufaturados, o crescimento em valor foi de 37,6%, com destaque para açúcar bruto (43,9%) e celulose (43,6%). Nos manufaturados, as mais importantes atividades foram automóveis de passageiros (36,1%), aviões (2,9%), açúcar refinado (43,9%) e autopeças (41,6%).

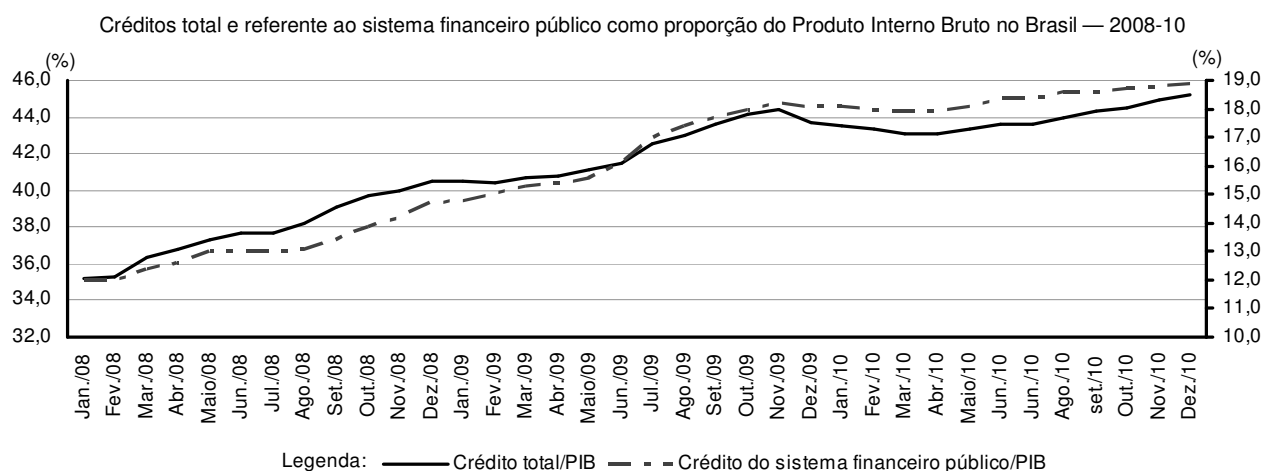
Figura 4

Variação trimestral do Produto Interno Bruto no Brasil e em outros agrupamentos de economias — 2000-12



FONTES DOS DADOS BRUTOS: FMI (IMF, 2012).

Figura 5



FONTES DOS DADOS BRUTOS: Banco Central do Brasil (2012).

3 Desempenho das unidades da Federação

3.1 Taxa de crescimento do PIB por unidade da Federação

A análise interestadual do desempenho econômico brasileiro em 2010 mostra que todas as 27 UF's apresentaram variações reais positivas, ao contrário de 2009, quando 10 delas registraram queda na produção de bens e serviços. Conforme a Tabela 1, os crescimentos mais acentuados foram registrados em Tocantins (14,2%), Espírito Santo (13,8%) e Rondônia (12,6%). As UF's que menos cresceram no ano foram Distrito Federal (4,3%), Piauí (4,2%) e Mato Grosso (3,6%).

Dentre as cinco maiores economias do País, cresceram acima da média nacional São Paulo (7,9%), Minas Gerais (8,9%) e Paraná (10,0%). No caso específico de Minas Gerais, além da alta representatividade do setor industrial, colaborou para tal desempenho a retomada das exportações de minério de ferro. Rio Grande do Sul (6,7%) e Rio de Janeiro (4,5%) — quarto e segundo lugares no *ranking*, respectivamente — apresentaram taxas de crescimento positivas, porém menores que a média nacional. Um comparativo entre as taxas de crescimento do PIB por UF, em ordem da maior para a menor, é elucidado na Tabela 1.

Tabela 1

Desempenho, posição e participação das unidades da Federação no Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil — 2010

DISCRIMINAÇÃO	POSIÇÃO NO RANKING	PARTICIPAÇÃO NO PIB (%)	VARIAÇÃO, EM VOLUME, DO PIB (%)
Tocantins	24 ^º	2,1	14,2
Espírito Santo	11 ^º	1,8	13,8
Rondônia	22 ^º	5,9	12,6
Mato Grosso do Sul ..	17 ^º	0,9	11,0
Acre	25 ^º	0,6	10,9
Paraíba	19 ^º	1,1	10,3
Paraná	5 ^º	2,0	10,0
Amazonas	14 ^º	0,6	10,0
Roraima	27 ^º	1,2	9,6
Minas Gerais	3 ^º	0,2	8,9
Goias	9 ^º	0,7	8,8
Maranhão	16 ^º	10,9	8,7
Pará	13 ^º	2,6	8,0
Amapá	26 ^º	0,2	8,0
Ceará	12 ^º	0,4	8,0
São Paulo	1 ^º	1,8	7,9
Pernambuco	10 ^º	4,0	7,7
Brasil	-	0,2	7,5
Alagoas	20 ^º	0,6	6,8
Rio Grande do Sul	4 ^º	33,5	6,7
Bahia	6 ^º	4,1	6,6
Santa Catarina	7 ^º	1,5	5,4
Sergipe	21 ^º	8,9	5,3
Rio Grande do Norte	18 ^º	4,2	5,1
Rio de Janeiro	2 ^º	6,7	4,5
Distrito Federal	8 ^º	2,4	4,3
Piauí	23 ^º	100,0	4,2
Mato Grosso	15 ^º	0,9	3,6

FONTES DOS DADOS BRUTOS: IBGE (2012).

Em linhas gerais, o crescimento em 2010 mostrou-se diretamente proporcional: (a) ao volume de exportações; e (b) à participação da agropecuária no valor VAB total. Essas informações são extraídas das Figuras 6 a 11. Os estados com participação relevante de minério de ferro na pauta de exportações (como Espírito Santo, Pará e Minas Gerais) apresentaram crescimento alto, em linha com o avanço no volume e, principalmente, no preço da *commodity*. Pela análise da Figura 9, observa-se que estados com economia baseada no complexo agropecuário também apresentaram crescimento elevado, especialmente aqueles baseados na soja: 89% da pauta exportadora de Tocantins adveio da soja; Paraná, segundo maior produtor nacional desse grão, também figura entre os maiores crescimentos. O Estado do Mato Grosso, maior produtor brasileiro de soja, teve um aumento na quantidade produzida (4,6%) muito abaixo da média nacional (19,9%), e, por isso, não teve o mesmo desempenho dos demais estados produtores.

Figura 6

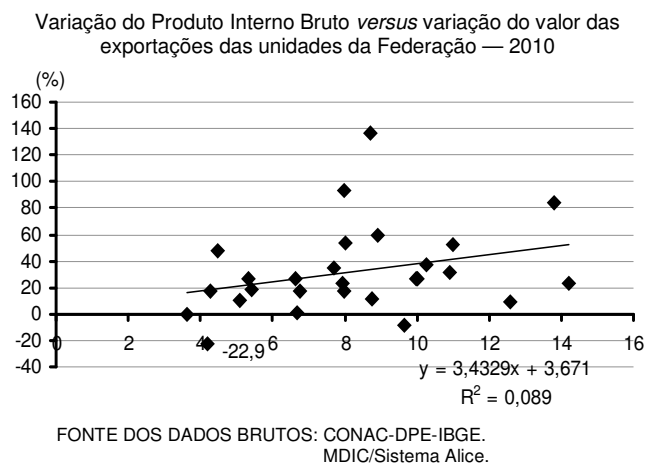
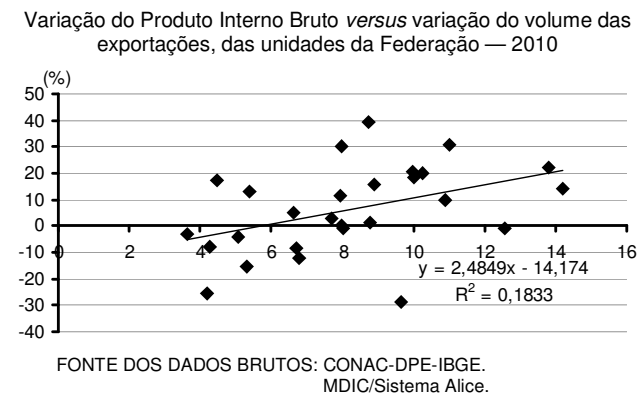


Figura 7



Estados com maior preponderância do setor de serviços, conforme a Figura 11, apresentaram crescimento menor, muito em razão da menor variabilidade do desempenho do setor. Em períodos de crise, os serviços, em geral, caem menos; em períodos de pujança, sobem menos. O Distrito Federal (4,3%), onde se localiza a maior parte do consumo da administração pública, apresentou um dos menores crescimentos do PIB em 2010.

Figura 8

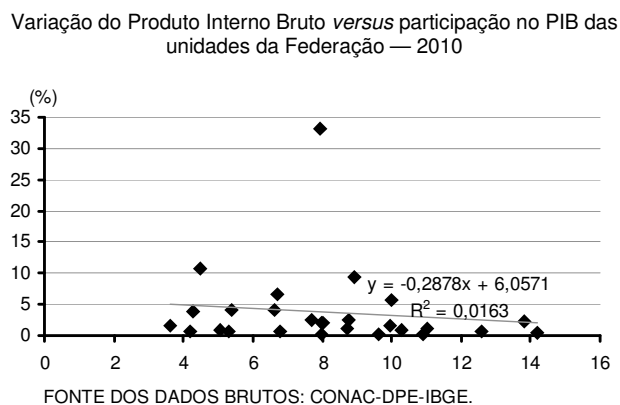


Figura 9

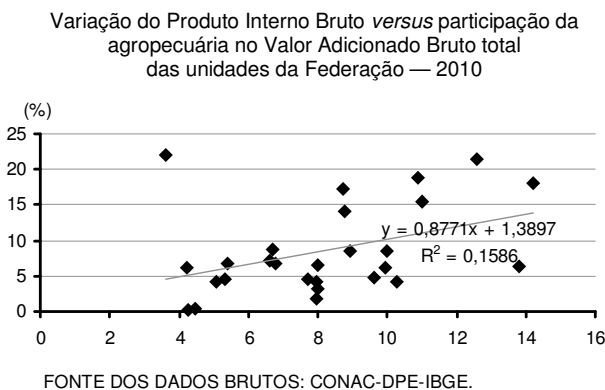


Figura 10

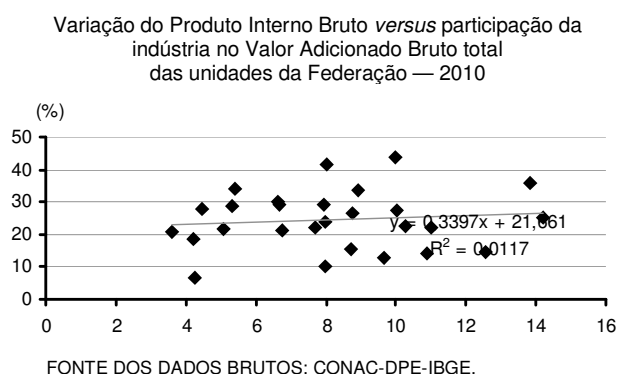
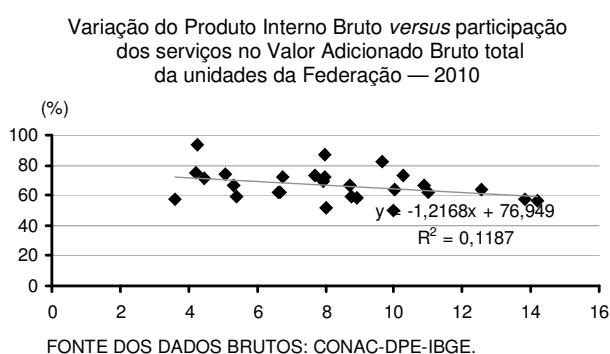


Figura 11



3.2 Participação das unidades da Federação no PIB nacional

Como resultado das variações estaduais do PIB em 2010, tanto em volume quanto em preços, houve mudanças na participação das economias estaduais no PIB brasileiro. A Tabela 2 é a síntese da evolução da participação de todas as UFs na economia nacional. São Paulo foi responsável por 33,1% do PIB nacional, seguido de Rio de Janeiro (10,8%), Minas Gerais (9,3%), Rio Grande do Sul (6,7%) e Paraná (5,8%). Santa Catarina (4,0%) ganhou uma posição, saindo da 8ª para a 7ª colocação, ocupando o lugar do Distrito Federal (4,0%).

Na divisão por regiões geográficas, poucas mudanças foram registradas em relação a 2009. A Região Sudeste é aquela que, isoladamente, mais contribuiu para o PIB nacional (55,4%), seguida das Sul (16,5%) e Nordeste (13,5%). As Regiões Centro-Oeste (9,3%) e Norte (5,3%) completam a lista. Em relação ao ano

de 2009, as Norte (0,3 ponto percentual) e Sudeste (0,1 ponto percentual) ganharam participação, ao passo que a Região Centro-Oeste (-0,3 ponto percentual) perdeu. As Regiões Sul e Nordeste não apresentaram variações representativas de participação no total da produção.

De 2002 a 2010, algumas mudanças importantes ocorreram na distribuição geográfica do PIB brasileiro. Observa-se uma tendência de gradual desconcentração: as Regiões Centro-Oeste (0,5 ponto percentual), Nordeste (0,5 ponto percentual) e Norte (0,6 ponto percentual) ganharam participação no período, enquanto as Regiões Sudeste (-1,3 ponto percentual) e Sul (-0,4 ponto percentual), historicamente mais desenvolvidas, perderam participação. Em valores correntes, o PIB de cada UF pode ser visualizado na Tabela A.1 (**Apêndice**), com informações referentes à atual base do Sistema de Contas Nacionais brasileiro (2002-10).

Tabela 2

Participação percentual das unidades da Federação no Produto Interno Bruto, a preços de mercado, do Brasil — 2002-10

DISCRIMINAÇÃO	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2010 2002
Mato Grosso	1,4	1,6	1,9	1,7	1,5	1,6	1,8	1,8	1,6	24,82
Rondônia	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	18,66
Tocantins	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5	18,55
Maranhão	1,0	1,1	1,1	1,2	1,2	1,2	1,3	1,2	1,2	17,69
Acre	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	17,47
Piauí	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6	16,94
Espírito Santo	1,8	1,8	2,1	2,2	2,2	2,3	2,3	2,1	2,2	13,83
Roraima	0,2	0,2	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	10,34
Mato Grosso do Sul ..	1,0	1,1	1,1	1,0	1,0	1,1	1,1	1,1	1,2	9,49
Distrito Federal	3,8	3,7	3,6	3,8	3,8	3,8	3,9	4,1	4,0	6,85
Santa Catarina	3,8	3,9	4,0	4,0	3,9	3,9	4,1	4,0	4,0	6,25
Paraíba	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,9	0,8	5,37
Goiás	2,5	2,5	2,5	2,4	2,4	2,5	2,5	2,6	2,6	4,39
Rio Grande do Norte	0,8	0,8	0,8	0,8	0,9	0,9	0,8	0,9	0,9	4,37
Amazonas	1,5	1,5	1,6	1,6	1,7	1,6	1,5	1,5	1,6	3,87
Pará	1,7	1,8	1,8	1,8	1,9	1,9	1,9	1,8	2,1	3,83
Ceará	2,0	1,9	1,9	1,9	2,0	1,9	2,0	2,0	2,1	3,73
Bahia	4,1	4,0	4,1	4,2	4,1	4,1	4,0	4,2	4,1	3,07
Amapá	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	2,62
Minas Gerais	8,6	8,8	9,1	9,0	9,1	9,1	9,3	8,9	9,3	2,48
Pernambuco	2,4	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,4	2,5	1,50
Alagoas	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,6	0,7	0,7	-1,27
Paraná	6,0	6,4	6,3	5,9	5,8	6,1	5,9	5,9	5,8	-1,96
São Paulo	34,6	34,1	33,1	33,9	33,9	33,9	33,1	33,5	33,1	-3,33
Sergipe	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	-4,62
Rio de Janeiro	11,6	11,1	11,5	11,5	11,6	11,2	11,3	10,9	10,8	-5,80
Rio Grande do Sul	7,1	7,3	7,1	6,7	6,6	6,6	6,6	6,7	6,7	-6,64
Região Norte	4,7	4,8	4,9	5,0	5,1	5,0	5,1	5,0	5,3	7,42
Região Nordeste	13,0	12,8	12,7	13,1	13,1	13,1	13,1	13,5	13,5	4,23
Região Sudeste	56,7	55,8	55,8	56,5	56,8	56,4	56,0	55,3	55,4	-2,40
Região Sul	16,9	17,7	17,4	16,6	16,3	16,6	16,6	16,5	16,5	-2,11
Região Centro-Oeste	8,8	9,0	9,1	8,9	8,7	8,9	9,2	9,6	9,3	9,35
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	0,00

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE (2012).

3.3 PIB *per capita*

O PIB *per capita* brasileiro em 2010 foi de R\$ 19.766, conforme registra a Tabela 3. No ano, a renda média foi mais alta na Região Sudeste (R\$ 25.988,00), com destaque para São Paulo (R\$ 30.243,00). A seguir, figuram as Regiões Centro-Oeste (R\$ 24.953,00), liderada pelo Distrito Federal (R\$ 58.489,00), e Sul, capitaneada por Santa Catarina (R\$ 24.398,00). Por fim, as Regiões Norte (R\$ 12.701,00) e Nordeste (R\$ 9.561,00) encerram o *ranking*, com destaque para os Estados de Amazonas (R\$ 17.173,00) e Sergipe (R\$ 11.572,00) respectivamente.

A Tabela 3, além das informações sobre o PIB *per capita*, ilustra um resumo de diversas variáveis econômicas por unidade da Federação e por região geográfica. Ela permite uma visualização mais ampla do comportamento econômico de cada unidade federativa em 2010. O ordenamento é decrescente em função do tamanho do PIB, exceto para as regiões geográficas.

Tabela 3

Resumo de variáveis macroeconômicas, por unidades da Federação e regiões geográficas, no Brasil — 2010

ESTADOS E REGIÕES	PIB A PREÇOS DE MERCADO (R\$ milhão)	PARTICIPAÇÃO NO PIB (%)	RANKING DAS MAIORES ECONOMIAS	Δ% DO PIB (em volume)	VAB (%)			EXPORTAÇÕES (Δ% no ano)				PIB PER CAPITA (R\$)
					Agropecuária	Indústria	Serviços	Valor	Volume	Preço	Participação	
São Paulo	1.247.596	33,09	1º	7,9	1,9	29,1	69,1	23,4	11,6	10,6	25,90	30.243
Rio de Janeiro	407.123	10,80	2º	4,5	0,4	28,1	71,5	48,1	17,4	26,2	9,92	25.455
Minas Gerais	351.381	9,32	3º	8,9	8,5	33,6	57,9	60,0	15,9	38,0	15,46	17.932
Rio Grande do Sul ...	252.483	6,70	4º	6,7	8,7	29,2	62,1	1,0	-8,3	10,2	7,62	23.606
Paraná	217.290	5,76	5º	10,0	8,5	27,5	64,1	26,3	18,5	6,6	7,02	20.814
Bahia	154.340	4,09	6º	6,6	7,2	30,3	62,5	26,7	5,0	20,7	4,40	11.007
Santa Catarina	152.482	4,04	7º	5,4	6,7	34,1	59,2	18,0	13,2	4,2	3,76	24.398
Distrito Federal	149.906	3,98	8º	4,3	0,3	6,5	93,2	17,5	-7,8	27,4	0,08	58.489
Goiás	97.576	2,59	9º	8,8	14,1	26,6	59,3	11,9	1,1	10,7	2,00	16.252
Pernambuco	95.187	2,52	10º	7,7	4,5	22,1	73,4	35,0	2,7	31,4	0,55	10.822
Espírito Santo	82.122	2,18	11º	13,8	6,3	36,0	57,7	83,6	22,3	50,1	5,92	23.379
Ceará	77.865	2,07	12º	8,0	4,2	23,7	72,1	17,5	0,1	17,4	0,63	9.217
Pará	77.848	2,06	13º	8,0	6,6	41,4	52,0	53,8	-1,0	55,4	6,36	10.259
Amazonas	59.779	1,59	14º	10,0	6,2	43,9	49,9	26,6	20,5	5,1	0,55	17.173
Mato Grosso	59.600	1,58	15º	3,6	22,1	20,6	57,3	0,3	-2,8	3,2	4,19	19.644
Maranhão	45.256	1,20	16º	8,7	17,2	15,7	67,1	136,9	39,4	69,9	1,45	6.889
Mato Grosso do Sul	43.514	1,15	17º	11,0	15,5	22,1	62,4	52,9	30,5	17,2	1,47	17.766
Rio Grande do Norte	32.339	0,86	18º	5,1	4,2	21,5	74,3	10,3	-3,9	14,7	0,14	10.208
Paraíba	31.947	0,85	19º	10,3	4,2	22,5	73,2	37,7	20,2	14,5	0,11	8.481
Alagoas	24.575	0,65	20º	6,8	6,7	21,2	72,1	17,8	-11,9	33,8	0,48	7.874
Sergipe	23.932	0,63	21º	5,3	4,6	28,6	66,9	26,1	-15,6	49,4	0,04	11.572
Rondônia	23.561	0,62	22º	12,6	21,5	14,6	63,9	9,1	-0,6	9,8	0,21	15.098
Piauí	22.060	0,59	23º	4,2	6,2	18,5	75,3	-22,9	-25,3	3,3	0,06	7.073
Tocantins	17.240	0,46	24º	14,2	18,1	25,4	56,5	22,8	13,9	7,8	0,17	12.462
Acre	8.477	0,22	25º	10,9	18,9	14,3	66,8	31,9	9,7	20,2	0,01	11.567
Amapá	8.266	0,22	26º	8,0	3,2	10,0	86,8	93,1	30,2	48,3	0,17	12.361
Roraima	6.341	0,17	27º	9,6	4,7	13,0	82,2	-8,3	-29,0	29,1	0,01	14.052
Região Norte	201.511	5,3	-	9,9	-	-	-	-	-	-	-	12.701
Região Nordeste	507.502	13,5	-	7,2	-	-	-	-	-	-	-	9.561
Região Sudeste	2.088.221	55,4	-	7,6	-	-	-	-	-	-	-	25.988
Região Sul	622.255	16,5	-	7,6	-	-	-	-	-	-	-	22.723
Região Centro-Oeste	350.596	9,3	-	6,2	-	-	-	-	-	-	-	24.953
BRASIL	3.770.085	100,00	-	7,5	5,30	28,07	66,63	-94,70	-71,93	-33,37	98,7	19.766

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE (2012).

4 Considerações finais

Em 2010, a economia mundial recuperou-se vigorosamente da crise de 2009, que havia provocado uma queda na produção de bens e serviços finais em relação a 2008. O crescimento robusto dos países emergentes, distantes do epicentro da crise, assegurou o aumento da produção global. Ao contrário de crises financeiras e econômicas passadas, os países desenvolvidos apresentaram uma dificuldade maior para superar esta, reflexo de suas características próprias e

peculiares. Dentre os fatores responsáveis pela retomada econômica em 2010, destacaram-se a redução das incertezas e a retomada do mercado de crédito, que haviam sido duramente afetados pelos problemas de assimetria de informações oriundos da crise financeira.

Localmente, o estoque de crédito voltou a subir em maior intensidade, impulsionando o investimento privado e o consumo das famílias. Outros fatores, como as medidas anticíclicas adotadas pelo Governo e a conjuntura externa favorável, com demanda e preços em alta para os produtos brasileiros exportados, tam-

bém contribuíram para o resultado da economia brasileira, que cresceu 7,5% no ano.

Via de regra, os estados com maior preponderância da indústria extrativa e da agropecuária apresentaram melhores desempenhos, em especial referente ao minério de ferro (Minas Gerais, Pará, Espírito Santo) e soja (Tocantins e Paraná, principalmente). O PIB *per capita* atingiu R\$ 19.766 no Brasil e avançou em todas as unidades federativas, porém o maior incremento se deu na Região Norte, o que reduziu pontualmente seu distanciamento em relação à média nacional.

Outro aspecto relevante no ano de 2010 é que os estados que mais cresceram apresentaram, em geral, aumento significativo no volume de bens e serviços

exportados. Embora todos os entes federados e todas as regiões geográficas tenham apresentado variação positiva no PIB, as Regiões Norte, Sul e Sudeste foram as que mais cresceram, ganhando participação econômica. Do ponto de vista da concentração espacial, houve, em 2010, um leve aumento da disparidade econômica entre regiões geográficas, decorrente do desempenho acima da média das Regiões Sul e Sudeste, historicamente mais desenvolvidas. Entre 2002 e 2010, entretanto, observa-se um paulatino processo de desconcentração econômica, em que as Regiões Sudeste e Sul vêm perdendo participação para as Nordeste, Centro-Oeste e Norte.

Apêndice

Quadro A1

Variáveis macroeconômicas no Brasil — 2010

VARIÁVEIS ECONÔMICAS	DESEMPENHO E COMENTÁRIOS
Consumo das famílias	A despesa de consumo das famílias elevou-se continuamente, ao longo dos últimos sete anos, e, em 2010, registrou variação positiva de 7%, em função não apenas da manutenção da concessão de crédito às famílias, mas também devido ao crescimento em termos reais de 8,2% da massa salarial dos trabalhadores.
Operações de crédito	As operações de crédito do sistema financeiro ao setor público e privado em 2010 atingiram o total de R\$ 1,7 trilhão, com crescimento de 20,5% no período.
Comércio exterior	Observou-se um aumento das exportações brasileiras para todos os blocos econômicos. As vendas cresceram 42,2% para o Mercosul, 39,3% para o bloco asiático, 26,2% para a União Europeia e 23,2% para o mercado norte-americano.
Transações correntes	No encerramento de 2010, a conta Transações Correntes aumentou seu déficit, passando de US\$ 24,3 bilhões para US\$ 47,5 bilhões. A compensação desse saldo negativo foi possível, em função dos investimentos diretos no País e em títulos de renda fixa e ações, gerando um resultado positivo no Balanço de Pagamentos. O Saldo das Reservas Internacionais registrou o valor de US\$ 288,6 bilhões, com variação positiva de 20,7% sobre o exercício anterior.
Dívida do setor público	A dívida total do setor público líquida como proporção do PIB sofreu redução no encerramento de 2010, atingindo o percentual de 40,4% do PIB, equivalendo a R\$1,47 trilhão, inferior ao percentual do PIB ao exercício de 2009, quando registrou 43,4% do PIB, ou R\$ 1,36 trilhão.
Risco-País	A taxa de Risco-País, ao final de 2010, manteve a indicação de considerar o País como atraente para os investidores internacionais, com o indicador encerrando o ano em 186 pontos, inferior ao valor alcançado ao fim de 2009, igual a 196 pontos.
Taxa de desemprego	A taxa de desemprego teve constante redução desde 2006, sendo que a proporção de desocupados entre os economicamente ativos foi de 5,3% em 2010. Ao longo dos exercícios de 2006 a 2010, os rendimentos médios mensais efetivamente recebidos pelos trabalhadores também apresentaram contínua elevação. O saldo do registro dos trabalhadores contratados com carteira assinada em 2010 foi favorável. A diferença entre os trabalhadores admitidos e desligados em 12 meses foi de 2,5 milhões, uma evolução de 7,7% sobre o estoque dos trabalhadores empregados em 2009. Também em 2010 foram criadas 995 mil vagas, 3,11% acima do ano anterior.

FONTE: TCU (2010).

Tabela A1

Produto Interno Bruto, a preços de mercado, nas unidades da Federação e regiões geográficas do Brasil — 2002-10

	(R\$ milhão)								
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Norte	69.310	81.200	96.012	106.442	119.993	133.578	154.703	163.208	201.511
Rondônia	7.780	9.751	11.260	12.884	13.107	15.003	17.888	20.236	23.561
Acre	2.868	3.305	3.940	4.483	4.835	5.761	6.730	7.386	8.477
Amazonas	21.791	24.977	30.314	33.352	39.157	42.023	46.823	49.614	59.779
Roraima	2.313	2.737	2.811	3.179	3.660	4.169	4.889	5.593	6.341
Pará	25.659	29.755	35.563	39.121	44.370	49.507	58.519	58.402	77.848
Amapá	3.292	3.434	3.846	4.361	5.260	6.022	6.765	7.404	8.266
Tocantins	5.607	7.241	8.278	9.061	9.605	11.094	13.090	14.571	17.240
Nordeste	191.592	217.037	247.043	280.545	311.104	347.797	397.500	437.720	507.502
Maranhão	15.449	18.483	21.605	25.335	28.620	31.606	38.486	39.855	45.256
Piauí	7.425	8.777	9.817	11.129	12.788	14.136	16.760	19.033	22.060
Ceará	28.896	32.565	36.866	40.935	46.303	50.331	60.099	65.704	77.865
Rio Grande do Norte	12.198	13.515	15.580	17.870	20.555	22.926	25.481	27.905	32.339
Paraíba	12.434	14.158	15.022	16.869	19.951	22.202	25.697	28.719	31.947
Pernambuco	35.251	39.308	44.011	49.922	55.493	62.256	70.441	78.428	95.187
Alagoas	9.812	11.210	12.891	14.139	15.748	17.793	19.477	21.235	24.575
Sergipe	9.454	10.874	12.167	13.427	15.124	16.896	19.552	19.767	23.932
Bahia	60.672	68.147	79.083	90.919	96.521	109.652	121.507	137.075	154.340
Sudeste	837.646	947.748	1.083.975	1.213.863	1.345.513	1.501.185	1.698.588	1.792.049	2.088.221
Minas Gerais	127.782	148.823	177.325	192.639	214.754	241.293	282.521	287.055	351.381
Espírito Santo	26.756	31.064	40.217	47.223	52.778	60.340	69.870	66.763	82.122
Rio de Janeiro	171.372	188.015	222.945	247.018	275.327	296.768	343.182	353.878	407.123
São Paulo	511.736	579.847	643.487	726.984	802.655	902.784	1.003.015	1.084.353	1.247.596
Sul	249.626	300.859	337.657	356.211	386.588	442.820	502.040	535.662	622.255
Paraná	88.407	109.459	122.434	126.677	136.615	161.582	179.263	189.992	217.290
Santa Catarina	55.732	66.849	77.393	85.316	93.147	104.623	123.282	129.806	152.482
Rio Grande do Sul	105.487	124.551	137.831	144.218	156.827	176.615	199.494	215.864	252.483
Centro-Oeste	129.649	153.104	176.811	190.178	206.284	235.964	279.372	310.765	350.596
Mato Grosso do Sul	15.154	19.274	21.105	21.651	24.341	28.121	33.143	36.368	43.514
Mato Grosso	20.941	27.889	36.961	37.466	35.258	42.687	53.386	57.294	59.600
Goiás	37.416	42.836	48.021	50.534	57.057	65.210	75.271	85.615	97.576
Distrito Federal	56.138	63.105	70.724	80.527	89.629	99.946	117.572	131.487	149.906
BRASIL	1.477.822	1.699.948	1.941.498	2.147.239	2.369.484	2.661.345	3.032.203	3.239.404	3.770.085

FONTE: Conac-DPE-IBGE.

NOTA: dados retirados das Contas Regionais do Brasil (ano-base = 2002).

Referências

ASSOCIAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL (AEB). **Análise da Balança Comercial Brasileira 2010**. 2011. Disponível em: <<http://www.aeb.org.br/userfiles/file/An%C3%A1lise%20da%20Balan%C3%A7a%20Comercial%20Brasileira%202010.pdf>>. Acesso: em 16 jan.2013.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Sistema Gerador de Séries Temporais**. 2012. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

BENTOLILA, S.; BERTOLA, G. Firing Costs and Labour Demand: How Bad Is Euroclerosis? **Review of Economic Studies**, Estocolmo, v. 57, n. 3, p. 381-402, 1990.

GILCHRIST, S.; SIM, J.; ZAKRAJSEK, E.. **Uncertainty, Financial Frictions, and Investment Dynamics**. Princeton: Princeton University, 2010. (Working Paper). Disponível em: <<http://www.princeton.edu/economics/seminar-schedule-by-prog/macro-s10/papers/Gilchrist-Paper.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2013.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). **World economic outlook: coping with high debt and sluggish growth.** Washington: IMF, 2012. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2012/02/pdf/text.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2013.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). **World economic outlook: recovery, risk, and rebalancing.** Washington: IMF, 2010. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2010/02/>>. Acesso em: 29 abr. 2013.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). **World economic outlook: slowing growth, rising risks.** Washington: IMF, 2011. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2011/02/pdf/text.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Contas Regionais do Brasil: 2010. **Contas Nacionais do Brasil**, Rio de Janeiro, n. 38, 2012. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Regionalis/2010/contasregionais2010.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2012.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). **Desempenho da Economia Brasileira.** 2010. Disponível em: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/contas/contas_governo/contas_10/fichas/Ficha%201.1_cor.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2013.

